



## ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BIÊNIO 2022/2023

Aos vinte e quatro (24) dias do mês outubro do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se a 4ª (quarta) Reunião Extraordinária (RE) do Conselho Pleno (CP), de forma presencial, na Sala dos Conselhos, 3º andar, na sede da Secretaria Municipal de Educação (SME), na Rua Carmela Dutra, nº 475, Agriões, Teresópolis-RJ. **I- ABERTURA** - Primeiro item – **1.** Palavra da Conselheira Presidente Amanda Carvalho Oliveira Rebelo de Albuquerque, que tendo observado o quórum mínimo para o início da reunião, às 09h18min (nove horas e dezoito minutos), abriu a sessão dando boas-vindas aos conselheiros presentes e aos componentes da tribuna livre e declarou assim, iniciada a quarta RE/CP/CME, com os seguintes conselheiros representantes: **do Poder Executivo Municipal** – Cristiane Corradini de Abreu Arruda, Cíntia Bandeira Tullii (suplente), Flávia Gomes Maia Féo (suplente), Fabrine Mendes da Silva, Mônica Martins Pestana (suplente), Eduardo de Lima Duarte, Alex Siqueira Wey (suplente); **dos Representantes dos Profissionais da Educação** – Amanda Carvalho Oliveira Rebelo de Albuquerque, Kátia Borges Rego Cabral (suplente), Denise Ritter da Rocha, Laura Cristina Granja da Motta; **dos Representantes da Comunidade Organizada** - Pedro Eugênio de Carvalho, Rafaella Loureiro Cassara de Castellammare, Marilene de Nurze Turl Vidal e Thiago Ferreira Duque; **Componentes da Tribuna Livre:** Ilma. Senhora Satiele de Sequeira Santos, Secretária Municipal de Educação, senhora Aline Gonçalves Quaglio, Diretora do Departamento Administrativo da SME e Gisela Guedes Duarte Silva de Oliveira, Chefe do Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Em seguida, a conselheira e presidente, Amanda de Albuquerque, fez algumas breves considerações. Primeiro, sobre a falta de estrutura do CME, a começar pelo tamanho da sala, que conforme visto não comporta todos os conselheiros titulares e suplentes e, em seguida, a respeito das respostas oficiadas a este colegiado que estão sendo entregues de forma incompletas ou inadequadas, considerando as solicitações ou orientações feitas pelo colegiado, ou ainda quando não são respondidas em tempo hábil, tendo que ser reiteradas. Além disso, também falou a respeito das modificações que a SME faz dentro do contexto educacional, que não passam pela análise do CME ou ainda que utilizam de certas nomenclaturas em determinadas questões, para que não se passe pelo CME. A Presidente do CME pontuou também sobre as questões das escolas de tempo/período integral, por ser um assunto atual no município, considerando ainda que o colegiado é um grupo atuante, colocando que é importante essa “visão” de fora para o Poder Executivo. A presidente comentou também sobre a orientação dada pela assessoria técnica do CME, a respeito da realização e envio de um Relatório Parcial das visitas já realizadas nas EMOTs, para depois o CME emitir um Relatório Global quando as visitas fossem finalizadas. A presidente disse que o relatório ainda não havia sido realizado, pois as visitas ainda estavam em andamento. A conselheira e presidente também relatou o seu receio de ir visitar as EMOTs e não poder, de forma efetiva, ajudar as escolas, pois as demandas verificadas em cada unidade eram das mais diversas e complexas. Citou a exemplo a Escola Municipal Rui Barbosa que não tem estrutura, não tem legalidade de propriedade, não tem possibilidade de ampliação e que fazem uma carga horária diferente da proposta, por ausência de professores especialistas. Também citou a Escola Municipal de Serra do Capim que possui equipamentos de informática, mas não possui sala para funcionar o laboratório de informática. Nesse momento, a Secretária de Educação interrompeu para solicitar a informação se haveria a entrega do Relatório, pois embora ela estivesse

anotando as observações, seria viável ter o relatório para as devidas verificações. A conselheira e presidente informou que irá encaminhar para a SME o Relatório Parcial, conforme orientações anteriores da conselheira e assessora técnica, Fabrine Mendes. A assessora técnica ainda comentou a relevância da realização de um Relatório Parcial de visitas das EMOTs, antes da emissão de um Relatório Global, para que as informações não se tornassem obsoletas, considerando ainda a questão do tempo para que as providências cabíveis fossem tomadas. Depois, a conselheira e presidente continuou informando que a Escola Municipal Amélia dos Santos só possuía a especialista para o laboratório de informática. Nesse momento, a Secretária Municipal de Educação informou que havia chegado profissional de Educação Física. Contudo, foi pontuado que a chegada desse profissional se deu após o mês de julho, período em que o CME realizou as visitas às EMOTs. Na Escola Municipal Cônego José, a conselheira e presidente informou que não havia professor especialista de inglês e não foi possível averiguar a sala de informática, porque os funcionários não encontraram as chaves. Na Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, foi colocado que a diretora da escola não estava presente, pois a diretora compartilha a função de diretora em outra unidade escolar. Na ocasião, foi a professora que recebeu os conselheiros. Destacou que a profissional é nova na Rede Pública Municipal de Ensino e não soube dar informações específicas a respeito das instalações da escola. No entanto, foi percebido através da diligência que é urgente uma reforma na unidade supracitada, pois está sem estrutura para funcionamento. Relatou-se ainda que o mesmo acontece com a Escola Municipal Laura Damásio, que está usando a sala que seria da direção para utilizar como laboratório de informática. Nesse instante, a conselheira Denise Ritter se fez presente. A conselheira e presidente continuou a fala, ressaltando que acredita que o intuito das escolas de tempo integral não é o que foi encontrado durante as visitas. Informou também que em visita, junto ao CACS –FUNDEB, pode observar que a Escola Municipal José Duarte não tem equipamentos, nem sala de informática. A Secretária Municipal de Educação informou que essas escolas que estão sem equipamentos de informática serão beneficiadas com notebooks, pois seria a forma mais viável para atender essa demanda. A conselheira e presidente perguntou a previsão para isso acontecer, ao que a Secretária Municipal de Educação informou que assim que a distribuição dos notebooks aos professores da rede pública terminasse, mas teria de consultar ao chefe do Setor de Tecnologia da SME para dizer a data corretamente. A conselheira e presidente ressaltou a preocupação do colegiado com a morosidade das resoluções das demandas das EMOTs. Pontuou, em seguida, a necessidade de definir se a proposta das EMOTs (Escolas Municipais Olímpicas de Teresópolis) e do GEO (Ginásio Escolar Olímpico) será um programa ou projeto, ressaltando ainda que uma vez que a proposta se consolida torna-se programa ou projeto e que em ambas perspectivas o CME precisa avaliar, pois tanto como programa ou como projeto não está correta a forma como o funcionamento tem sido executado, sendo necessário reavaliá-la para o ano letivo, observando se essas escolas têm condições reais de oferecer o ensino em tempo/período integral. Foi colocada, em especial, a situação da Escola Municipal Heleno de Barros Nunes, no que se refere à possibilidade da mesma deixar de ter o seu funcionamento em tempo/período integral, o que preocupou muito a alguns conselheiros do CME, pois consideram que está se invertendo o papel social da escola, nesse momento, dando prioridade ao serviço de assistência social. A Secretária Municipal de Educação, senhora Satielle de Sequeira, respondeu que vem tentando um espaço para o CRAS e por motivos burocráticos não foi possível ainda remanejar o CRAS da localidade. Acrescentou que, atualmente, estão trabalhando com a possibilidade de alocar o CRAS do Fisher em uma das antigas salas, que realizava atendimento odontológico, do CIEP da Fonte Santa, mas que para a efetiva realização dependia da parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Nesse momento, a conselheira e presidente informou que, em reunião do colegiado com o Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, o mesmo informou que estava dependendo da SME. A Secretária Municipal de Educação, disse então que o correto seria uma reunião com as duas secretarias para não ter essa divergência de comunicação. Pontuou que a parte que cabia à SME, de desocupar a sala dentro do trâmite de descarte da rede estadual já foi feita. A conselheira e presidente disse que na

ocasião da referida reunião, o Secretário Municipal de Desenvolvimento Social informou que a sala do CIEP, em questão de localização, atenderia melhor a comunidade da Fonte Santa e da Quinta Lebrão. Porém, a sala estava insalubre e que o impacto orçamentário para realizar uma reforma seria grande. Foi então sugerida a utilização do salão da igreja, ao que na ocasião o Secretário ficou de averiguar junto ao padre sobre a possibilidade de uso, mas na semana seguinte o Secretário Municipal de Desenvolvimento Social informou que, de acordo com as vistorias federais, o programa CRAS não pode estar sediado em instituição religiosa. No entanto, a conselheira e presidente enfatizou que, mesmo com todos esses entraves, considera que retirar o tempo integral da Escola Municipal Heleno de Barros Nunes é errado. A Secretária Municipal de Educação disse que também não aprecia o fato da referida escola ter de sair da classificação das escolas de tempo/período integral, que não é de fato a intenção. Contudo, não tem, enquanto Secretaria Municipal de Educação, poder para resolver sozinha essa questão do remanejamento do CRAS. Nesse momento, a conselheira Kátia Borges perguntou como está sendo o funcionamento atual da escola. A Diretora do Departamento Administrativo, Aline Quaglio, respondeu que precisou dividir as turmas em turnos e que por isso a escola não está em período integral, primeiro porque não conseguiu efetivo de especialistas para ficar na unidade e segundo porque quando retornou as aulas presenciais, no ano passado, a instituição de ensino tinha mais alunos matriculados do que a capacidade permitida e, dessa forma, desde o início do ano, a SME vem contando com o espaço do CRAS para atender à escola. A conselheira Kátia Borges pontuou que de qualquer maneira o espaço que hoje atende o CRAS não poderia atender de forma imediata à escola, pois não tem condições de uso da forma que está. Na ocasião, informou-se a questão de insalubridade do local. Diante do exposto, a conselheira Kátia Borges salientou que gostaria de entender o porquê foi concedida a oportunidade de funcionamento em tempo/período integral para a escola supramencionada e agora decidiu-se retirar a modalidade de tempo/período integral. A referida conselheira ainda comentou que em seu entendimento não houve planejamento inicial para a implementação. A senhora Aline Quaglio disse que não poderia dizer pela gestão anterior, mas o que ela sabia foi que quando a Escola Municipal Heleno de Barros foi instituída como escola de tempo/período integral a proposta era de trabalho através de oficinas, diferente da proposta de EMOT. Pontuou-se que as oficinas eram de artesanato, por exemplo, e que poderia haver contrato para os oficinheiros. A conselheira Kátia Borges perguntou então quando o período integral foi implantado, ao que foi respondido que no ano de dois mil e dezoito (2018). A conselheira Kátia Borges comentou que de dois mil e dezoito (2018) a dois mil e dezenove (2019) daria para perceber que a Escola Municipal Heleno de Barros não tinha condições de ofertar tempo integral e não entende o porquê de, agora, em dois mil e vinte e dois se persistir com essa proposta e que a sua preocupação é que foi remanejado profissionais por conta desse tempo/período integral e a comunidade teve uma oportunidade, embora não realizada dentro do ideal, que para eles era uma oportunidade e, agora, no fim do ano letivo, seria retirada. A senhora Aline Quaglio informou que logo após o início do presente ano letivo, a escola já não mais estava funcionando em tempo/período integral e informou que o projeto de lei enviado para a Câmara de Vereadores, já não tem a Escola Municipal de Heleno de Barros na listagem de EMOTs. Foi colocado ainda que há a pretensão de incluir a Escola Municipal Heleno de Barros na proposta de EMOTs, quando tiver sido resolvido a questão da alocação do CRAS. A Secretária Municipal de Educação reconheceu que é uma situação que não agrada ninguém e que tem ciência da necessidade de se fazer algo pela comunidade a qual a escola está inserida, pois a deficiência é muito grande, no sentido de não terem sequer equipamentos para o lazer, sendo a escola o espaço que eles têm de mais importante. Reforçou ainda que lá, em especial, é um lugar que necessita muito, mais até do que outras comunidades carentes do município. A conselheira Kátia Borges perguntou se o problema é de estrutura e se sim, o porquê de não ter tido ações para sanar os problemas da unidade escolar. A Secretária Municipal de Educação disse que há carência de profissionais para agilizar projetos de engenharia e arquitetura em casos de necessidade de obras de porte grande, pois a escola precisa de obras de reestruturação e de ampliação; de reforma e construção. A senhora Aline

Quaglio salientou também a questão de não haver lugar apropriado para transferir os alunos no período das obras. A conselheira e presidente perguntou sobre o quantitativo de alunos atendidos na escola atualmente, foi respondido pela conselheira Cristiane Corradini, que é em torno de cento e vinte (120) alunos. A conselheira e presidente colocou a questão de necessidades que as crianças daquela comunidade vivenciam, muitas só têm a comida da escola, e que o caso não se trata de uma questão apenas educacional, mas social. A Secretária Municipal de Educação disse que tem ciência dessa situação e que está buscando as alternativas, mas enfatizou novamente que não depende apenas dela. A conselheira e presidente voltou a dizer que não acha correta a retirada do tempo/período integral da escola. A senhora Aline Quaglio disse que a SME não pode dizer que ofertará o tempo/período integral sem de fato ofertar. A conselheira e presidente disse que nenhuma escola, hoje, possui o perfil completo de escola de tempo integral, com a perspectiva de EMOT. A Secretária Municipal de Educação disse que sabe que não é o ideal mas considerou que a iniciativa de implantação das EMOTs foi importante e está fazendo a diferença na vida dos alunos e que agora o seu entendimento é o de realizar reajustes e reorganização, e que também considera que não pode-se negligenciar o avanço e as conquistas que as EMOTs vem trazendo para as comunidades escolares e citou o exemplo da E.M. Hilário Ribeiro. Ressaltou que a equipe da SME está empenhada em fazer os ajustes necessários. A Secretária Municipal de Educação informou que o critério inicial para escolha das escolas a serem contempladas com a proposta para EMOTs, foi o de atender as escolas que não tinham funcionamento no segundo turno, além de ser uma meta do Plano Municipal de Educação (PME). Nesse momento, a conselheira Kátia Borges repetiu que o seu entendimento é que há falta de planejamento na implantação das EMOTs e colocou também que ela ainda não consegue entender o funcionamento dessas escolas, tendo em vista que o que ela percebe é que cada unidade escolar funciona de forma diferente. A Secretária Municipal de Educação solicitou que a conselheira Kátia Borges pontuasse de forma mais específica quais são as diferenças no funcionamento das EMOTs, ressaltadas por ela, para fins apenas de entendimento. A conselheira Kátia Borges disse que entendia que as EMOTs eram destinadas para as questões olímpicas, mas as escolas municipais de: Laura Damásio, Heleno de Barros Nunes e Hilário Ribeiro não possuem espaço para esportes olímpicos. Acrescentou dizendo que considera falta de planejamento e que pensa ser um retrocesso, quando é retirada a oportunidade de oferta de tempo/período integral de uma das escolas que chegaram a ser contempladas com a proposta de EMOT. A conselheira e presidente solicitou responder a respeito da diversidade de funcionamento, informou que há escolas cujos alunos saem às treze horas, outras às quatorze horas, por não haver professores especialistas. Relatou também que há professor executando a função do especialista e que em algumas escolas não há diretor integral, que o mesmo compartilha a direção com outra unidade escolar, além de que em algumas escolas não há orientador pedagógico, ou seja, uma série de fatores que comprometem o funcionamento dessas escolas em tempo/período integral. Salientou também que considera uma negligência de todos, pois a partir do momento em que se tem conhecimento dos erros, as providências devem ser tomadas. Citou o exemplo da visita ocorrida na Escola Municipal José Duarte, pelo CACS-FUNDEB, citando que ao chegarem na escola às treze e trinta, os alunos estavam no horário de saída. Pontuou que a escola não tem orientador pedagógico. A senhora Gisela Guedes informou que a diretora está assumindo a função de Orientação Pedagógica também. No entanto, a conselheira e presidente informou que a diretora não estava na escola no momento da visita. A senhora Gisela Guedes salientou que foi feita uma projeção para implantação, mas no trajeto foram acontecendo esses percalços de falta de profissionais. A Secretária Municipal de Educação solicitou à Gisela Guedes para fazer os apontamentos sobre a definição de EMOTs para que todos compreendessem melhor a proposta. Foi explicado então que a sigla significa Escolas Municipais Olímpicas de Teresópolis e que a proposta de tempo/período integral nessas escolas é trabalhar os valores olímpicos e não os esportes olímpicos. No caso do GEO, que significa Ginásio Experimental Olímpico, pontuou-se que há sim, atualmente, a falta desses professores especialistas. Salientou que houve um período em que o quadro desses profissionais estava completo, mas no

decorrer do período letivo, houve licenças médicas e desistências. Citou, por exemplo, que as escolas Sebastião Mello e Rui Barbosa tinham a falta de três professores especialistas, atualmente falta apenas um e a questão não é que nunca tiveram esses profissionais, mas há uma ocorrência de rotatividade de profissionais. A conselheira Kátia Borges, para retirar sua dúvida, perguntou se então as oficinas das escolas EMOTs focavam os valores olímpicos. A senhora Gisela Guedes respondeu que nessas escolas não se trabalham com oficinais e sim com componentes curriculares, os quais são: Arte, Educação Física, Inglês, Assembleia, Move Lab (que trabalha com o corpo), Educação Sócio Emocional e o Inova Lab (laboratório de informática). Foi pontuado que os componentes de Arte e Inglês precisam ter professores com formação, já para o componente curricular de Educação Física, basta ter o perfil. Salientou que a rotatividade de professores e as licenças tiradas prejudica muito a continuidade do trabalho. Pontuou-se ainda que tem conhecimento de que muitos ajustes precisam ser feitos como, por exemplo, a dos professores especialistas, mas considera que, mesmo assim, as crianças estão “ganhando” muito com a implantação das EMOTs, pois está havendo um menor índice de infrequência e um maior envolvimento da equipe escolar nos projetos. Citou, brevemente, o projeto realizado pela EMOT Hilário Ribeiro. Considerou que, mesmo com os percalços que precisam ser resolvidos, há ganhos para os alunos e para a equipe escolar. A conselheira Kátia Borges questionou então, qual seria a diferença entre a Escola Municipal Hilário Ribeiro e a da Escola Municipal Heleno de Barros Nunes. Colocou ainda que deve ser verificado os fatores de sucesso de uma e os fatores de insucesso da outra e disse ainda que tem a sensação de que as ações estão acontecendo de trás para frente, ou seja, primeiro se faz para depois planejar. A referida conselheira considerou ainda que retirar a Escola Municipal Heleno de Barros Nunes da lista de escolas de tempo/período integral é descartá-la. Colocou que se a Escola Municipal de Hilário Ribeiro está dando certo, os esforços devem ser os mesmos para o sucesso da implantação da Escola Municipal Heleno de Barros Nunes em tempo integral. A conselheira e presidente ressaltou que sabe que há pontos positivos, mas as situações vistas nas escolas visitadas não traduzem os avanços positivos da escola citada (Hilário Ribeiro), também disse que acredita que os esforços devem ser voltados para as outras escolas que estão com dificuldades de atender à proposta de EMOT. A senhora Gisela Guedes pontuou que a Escola Municipal José Duarte é um dos desafios a ser alcançado, em relação à falta de profissionais. Relatou que a referida escola tinha uma orientadora pedagógica. Porém, atualmente está licenciada e a diretora quem está assumindo as duas funções agora. Informou ainda que só há um profissional especializado atuando nessa unidade escolar. A conselheira Laura da Motta perguntou se, nos casos de falta de professores especialistas, os alunos são “liberados” mais cedo, se os alunos deixam de cumprir a carga horária de tempo integral. A senhora Gisela Guedes respondeu que, posteriormente, pode disponibilizar a relação de unidades escolares que possuem falta de especialistas, mas não são todas que tem o quadro faltoso e quando há, são poucos os componentes curriculares que faltam. O conselheiro Eduardo Duarte solicitou a palavra e pontuou que por responder pelo setor da frota e material, acaba acompanhando a parte estrutural do projeto e considerou que conforme já havia sido explicado pela Secretária Municipal de Educação, que o movimento inicial para a implantação do tempo/período integral foram as escolas com atendimento em um turno. Logo, para alunos que possuem carência de oportunidades. Colocou ainda que todo esse movimento parte de uma estrutura grande, que recai nesse planejamento total. Ressaltou que foi feita uma movimentação muito grande em relação ao transporte para atender a demanda das EMOTs, pois as escolas são de difícil acesso e para isso foram remanejados os horários para serem preenchidos e atender aos alunos e professores. Informou que, no início, o projeto ficou totalmente estruturado, e que de fato a expectativa era de que esse projeto funcionasse. Pontuou também que, em relação ao problema de estrutura das escolas, não é uma questão pontual, é um problema que a rede enfrenta há anos, em questão de obras, de reformas e de necessidades de manutenção. Houve uma movimentação nas questões de previsão orçamentária, onde em alguns pontos se tentou melhorar. Considerou que esse ano foi um ano de experiências e que o CME está trazendo um “raio x” da atualidade, e que acredita que esse

ano deve ser dedicado para o replanejamento, que é o que está sendo feito. Considerou também que a situação da Escola Municipal Heleno de Barros Nunes é de fato dramática, mas a administração precisa rever o ato, pois no papel está uma coisa e na realidade outra, e pelo seu entendimento é necessário um tempo para que possa ser reestruturada a situação, pois a proposta continuará sendo válida e lembrou sobre as especificidades que cada escola tem. A conselheira Kátia Borges perguntou se há transporte e foi respondido que, embora haja muitos entraves, que há transporte sim. A conselheira Marilene Vidal ressaltou que também os malefícios da pandemia trouxeram a dificuldade para a reestruturação das escolas e que considera um período curto para as reavaliações do planejamento. Foi solicitado retornar à pergunta da conselheira Laura da Motta que não havia sido respondida, a senhora Gisela Guedes então disse que o fato dos alunos estarem saindo mais cedo, se dá pelo motivo de cumprimento da carga horária de planejamento dos professores, conforme o determinado no início do projeto e acrescentou que os professores regentes não estão exercendo a função de professores especialistas. No entanto, a conselheira Kátia Borges disse que foi a uma escola por motivo de denúncia no sindicato e averiguou a situação de professor regente exercendo também a função de especialista. Disse ainda que depois poderia repassar a denúncia enquanto Sindicato, pelo fato da denúncia ter sido encaminhada ao SINDPMT. A conselheira e presidente considerou que poderiam ser aproveitadas as especificidades de cada escola e repensar a possibilidade de se ter um professor regente assumindo a função de professor especialista para sanar as faltas de profissionais. Nesse momento, a Secretária Municipal de Educação salientou a respeito das chamadas do concurso, relatou que muitos desistem, além da morosidade no processo para ingresso. Disse que para abertura de novo concurso há uma série de demandas, pois precisa atender a necessidade para quadro de especialistas para as EMOTs e também atender a necessidade de professores para poder dar um terço de planejamento dos professores das escolas de tempo regular, e incluir os profissionais das áreas de Educação Física, Artes, Psicologia, precisando garantir ainda a contratação de cuidadores para a Educação Especial, pois o seu intuito é de atender a todas essas demandas. A conselheira e presidente aproveitou a ocasião para informar sobre a possibilidade de parceria com a professora Isis Lopes que é coordenadora da Graduação de Psicologia da UNIFESO e que se mostrou interessada em realizar uma parceria com atendimento de estagiárias nas unidades escolares, dentro das possibilidades. A senhora Aline Quaglio informou que houve disponibilidade de um psicólogo para atender às escolas da rede Pública Municipal de Ensino. Porém, o mesmo desistiu e que, nesse momento, estavam à procura de outro profissional, que não tenha vínculo com a prefeitura, mas para isso conta com um que se disponha a realizar o trabalho com o valor de contrato, pois não há cargo de psicólogo na SME. Sobre isso, a Secretária Municipal de Educação pontuou a respeito da necessidade de mudança na nomenclatura dos cargos, pois atualmente a descrição precisa estar relacionada de fato com a especificação do cargo. Falou da necessidade de reestruturação administrativa para os cargos (DAS) e citou, por exemplo, que se no quadro há dez vagas para a função de maestro, essas dez vagas não podem ser preenchidas por outro profissional de outra área, fica então “amarrada” nessa determinação. Por isso, a necessidade de reestruturação no quadro dos cargos. A conselheira e presidente retornou à pergunta feita no início da reunião, se as EMOTs e GEO são consideradas projeto ou programa. A senhora Gisela Guedes respondeu que se trata de uma proposta. A conselheira e presidente pontuou que a partir do momento que uma proposta passa a ser executada não é mais proposta, que pode se tornar um projeto, cuja nomenclatura trata de algo temporário, já o programa de algo contínuo e permanente. Pontuou que é necessário definir isso. Ao que a Secretária Municipal de Educação respondeu que irá realizar essa revisão. Posteriormente, a Secretária Municipal de Educação retornou à fala inicial da conselheira e presidente a respeito da falta de estrutura do CME e que a SME está estudando um lugar mais apropriado, dentro da SME. A conselheira e presidente disse que a estrutura tem que ser adequada para o andamento dos trabalhos, falou sobre o estudo de orçamento feito e apresentado para garantir a autonomia do CME. A Secretária Municipal de Educação disse que também precisa atender aos outros conselhos, ao que a conselheira e presidente frisou que conforme dito na plenária, que

embora não tivesse consultado os outros colegiados a respeito da demanda específica de cada um, que o estudo de orçamento consegue abarcar todos os conselhos referentes à educação. A Secretária Municipal de Educação explicou que um aluguel para pessoa física é diferente de um para a prefeitura, que o processo é diferente. O conselheiro suplente e Subsecretário pontuou que nesses casos, depende da Secretaria Municipal de Planejamento que viabiliza ou não o aluguel dentro dos trâmites necessários. A Secretária Municipal de Educação informou que a diretora do departamento pedagógico, senhora Cristiane Corradini, está providenciando uma sala mais adequada para o funcionamento do CME. A conselheira e presidente ressaltou que de fato o funcionamento do CME no primeiro piso será mais apropriado, mas que é necessário averiguar as condições de salubridade do local e garantir os equipamentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos. No momento seguinte, passou-se ao item terceiro, **“3. Plano de Ação da Educação no município para o ano de 2023”** - A conselheira e presidente ressaltou a necessidade de plano de recuperação de conteúdo para os alunos. Considerou que, no início do ano letivo, assim que assumiu a direção de uma escola, foi falado na possibilidade de aulas de reforço, no contra turno ou aos sábados, e não houve a execução disso. Pontuou a distorção de idade série, deu o exemplo de um município citado no Congresso da UNCME que deliberou pela não reprovação dos alunos no período de dois anos, considerando os dois anos da pandemia, aos quais os alunos não tiveram acesso adequado ao suporte/apoio dos professores. Perguntou-se então se havia algum planejamento para o ano letivo de 2023, focado no que não foi executado em 2022. A Secretária Municipal de Educação pontuou que tiveram dificuldades na execução do projeto “Avança-Terê”, na logística da aplicação das aulas de reforço no contraturno, por questões das horas extras, e no sábado, por questões de não ter a alimentação para os alunos. Foi comentado ainda que, pedagogicamente, seria necessário um professor com perfil específico para uma atividade diferenciada de reforço. Colocou-se então que a dificuldade maior foi a obtenção de mão de obra/de professor. Contudo, informou-se que foram realizados projetos paralelos e pontuais. A Secretária Municipal de Educação disse ainda que sabe da dificuldade que os alunos estão atravessando, por conta da pandemia, e também que precisa de um projeto bem “justinho” para atender essa demanda no ano que vem. A conselheira Laura da Motta solicitou a palavra e relatou da dificuldade que observa, enquanto professora regente, nos Anos Finais do ensino Fundamental. Disse que os alunos do oitavo ano necessitam de um trabalho diferenciado. Pontuou que ela enquanto professora de Ciências, mas com Pedagogia, que é sua primeira formação, ainda tenta realizar um trabalho diferenciado, mas com três tempos de aula, não alcança os resultados adequados, mas a sua perspectiva era de que o “Avança Terê” realizasse um projeto/ações da SME para alcançar os alunos “mais graves”, com maiores dificuldades de aprendizagem, e o que foi dito é que as escolas deveriam montar seus próprios projetos. Questionou-se então o porquê a SME não se deteve a contratar professores com o perfil para efetivação da recuperação paralela e considerou que mesmo se o aluno perdesse dois tempos de aula, por exemplo, que seria mais benéfico para o aluno participar de um atendimento específico de reforço escolar. A conselheira suplente Cíntia Tullii relatou que muitas escolas de segundo segmento estão fazendo isso, onde utilizaram os seis tempos de português para fazer, na biblioteca ou outro espaço, essas aulas de reforço. Contudo, comentou que o problema está justamente na falta de disponibilidade desses professores com um perfil mais específico para realizar esse trabalho de reforço. Foi pontuado ainda que esse movimento partiu da SME. A conselheira Cristiane Corradini ressaltou a realidade do CENSF, comentando que é uma escola com uma realidade privilegiada da Rede Municipal de Ensino de Teresópolis, e que todas as escolas sofreram os impactos da pandemia, mesmo aquelas mais “sólidas”, e que é um desafio encontrar os profissionais adequados para sanar as demandas das escolas. Nesse momento, a conselheira Laura da Motta comentou que a realidade do CENSF não é mais uma realidade privilegiada, conforme dito pela conselheira Cristiane Corradini. Em seguida a conselheira Cristiane Corradini retomou a fala e informou também que foram apresentados os primeiros resultados do “Avança Terê”, em abril, às equipes técnicas-administrativas-pedagógicas das escolas. No entanto, não sabia informar se esses

resultados foram repassados aos professores, mas enfatizou que foram passados, individualmente, para cada orientador, o cenário e as habilidades que se mostravam frágeis. Na ocasião, foi pontuado o caminho que a escola precisava trilhar e foi traçado um plano de metas e assim, cada escola, a partir dos indicadores apresentados, teriam que elaborar um projeto de reforço escolar que seria dado continuidade em 2023, como recomposição de plano de aprendizagem. Colocou também que o plano de recomposição de aprendizagem está traçado, estão dependendo dos resultados da segunda edição do “Avança Terê”, para realizar o balanço. Ressaltou que os projetos apresentados foram todos validados, sendo concedido professores de hora extra para a execução de cada um. A conselheira Laura da Motta, no entanto, pontuou que não se trata da falta de projeto, mas da falta de profissionais habilitados, ao que a conselheira Marilene Vidal disse que foi justamente o que havia sido falado, anteriormente, e que o que a Secretária Municipal de Educação já havia dito da necessidade de concurso. A conselheira e presidente sugeriu que sabendo que em 2023 haverá o SAEB, que a SME deve tentar fazer projetos específicos para os alunos dos terceiros anos, quintos anos e nonos anos, para fazer a conclusão da alfabetização e dos conhecimentos mínimos dos conteúdos de Matemática. A conselheira Cristiane Corradini disse que já foram feitos os esforços para mover ações para atender essas demandas e pensa que a pandemia leva crédito de muitas coisas que já não funcionavam antes. Citou, por exemplo, que um aluno de sétimo ano que não está alfabetizado, não se encontra nesse estágio de aprendizagem por conta da pandemia. Comentou que considera que um projeto somente pedagógico não vai resolver a questão desse aluno. A conselheira e presidente pontuou que há falta de estrutura da Rede Pública Municipal de Ensino, no quesito de falta de professores, antes da pandemia também, e que essas questões estão se somando. A conselheira Kátia Borges informou que há quase trezentos professores que estão aguardando perícia médica. Colocou ainda que o principal motivo é a falta de estrutura do administrativo e, mais uma vez, pontuou a importância do planejamento. A conselheira Laura da Motta pontuou que quando se colocou em relação à contratação estava se referindo à contratação de projeto, tal como foi utilizado na formação ocorrida no Pedrão. A conselheira e assessora técnica solicitou a palavra para observar que havia alguns itens da pauta que não estavam sendo contemplados. A conselheira e presidente disse que o item segundo **“2. Avaliação da estrutura de Educação de Tempo Integral - Solicitação da Lei que estabelece procedimentos para esse tipo de modalidade e Solicitação do Currículo”** e o terceiro item **“3. Plano de Ação da educação no município para 2023 - Apresentação de Planos, Propostas e/ou Programas”** já haviam sido discutidos e que o subitem do segundo item foi suprimido por ter sido enviada a resposta solicitada no dia anterior, para o CME, via e-mail. Colocou também que o conteúdo do item quarto já havia sido iniciado, a saber: **“4. Cópia da Tabulação de dados no “Avança Terê”- Procedimentos a serem adotados de acordo com os dados; - Investimento estimado para projeto com ênfase na efetiva recuperação de conteúdo”**. A conselheira e presidente então fez a requisição da cópia da tabulação dos dados. A conselheira Cristiane Corradini respondeu que a tabulação da primeira fase já poderia ser enviada. Foi deliberado enviar a tabulação supracitada, via e-mail, mas que o Conselho fará a solicitação formalmente, posteriormente, via ofício. A conselheira e presidente, a respeito do segundo subitem do item em questão, perguntou se não havia nenhum investimento previsto na lei orçamentária para isto. A Secretária Municipal de Educação respondeu que o orçamento pode ser ajustado e que não está cem por cento (100%) fechado, pois está aguardando a tabulação da segunda fase dos resultados do “Avança Terê”. A conselheira e presidente disse então que o colegiado irá enviar as sugestões pertinentes, posteriormente. A conselheira Cristiane Corradini ressaltou que enviaria as informações das tabulações do “Avança Terê” por arquivos separados, especificando os cadernos de aplicações, os dados das avaliações, as atividades e habilidades comentadas entre outras coisas, para que haja o entendimento da aplicação como um todo e não só a apreciação do número frio dos dados. Ficou esclarecido que, após o levantamento de dados, as escolas, individualmente, são chamadas e que nesse momento possuem o conhecimento da atual realidade. A conselheira Cíntia Tullii citou, por exemplo, que se em uma turma de sétimo ano, há quatro alunos que não sabem ler,

a equipe diretiva terá essa informação. A conselheira Cristiane Corradini explicou que o processo de reforço foi pensado a partir disso e que foi dada a autonomia para a escola fazer o seu projeto de reforço escolar, porque entendem que somente cada escola pode saber lidar com as suas especificidades, esperando que cada uma fizesse o desenvolvimento do trabalho devido. A conselheira e presidente disse que entende essa problemática de efetivação de um projeto e prosseguindo para o item quinto da pauta, **“5. Solicitação da cópia da LOA para análise dos investimentos projetados pela SME”** disse que também foi suprimido, tendo em vista que foi feita a entrega do documento pela Conselheira Kátia Borges, no início da reunião. Em seguida, retornando na pauta ao item primeiro, **“1. Aproximação dos trabalhos entre Conselho Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Educação”** que havia sido passado pelo andamento inicial do assunto, a conselheira e presidente disse que essa reunião foi um movimento realizado por conta da demanda citada no item em discussão. Em seguida, colocou que o assunto mais recente que causou “chateação” foi o estudo oferecido pelo CME a respeito do IDEB, que solicitou a presença de uma especialista, considerando ser um assunto de extrema importância. Comentou-se que surpreendeu a mensagem no grupo de diretores, onde a diretora do Departamento Administrativo da SME coloca que a reunião do CME não tinha vínculo com a SME e que, por isso, não era de cunho obrigatório. Isso, no entendimento do colegiado, desqualificou o trabalho proposto. A senhora Aline Quaglio pediu a palavra e explicou que houve muitas mensagens no grupo de diretores, após ter colocado nesse mesmo grupo (segunda-feira) as informações sobre a reunião do colegiado e, a partir disso, começaram a chegar muitas perguntas se era obrigatória a presença e as respostas eram frisando que se tratava de um convite. Contudo, pelo motivo de ainda continuarem com as perguntas pontuais, em ser obrigatória a presença ou não, na quinta-feira houve a repostagem do convite e foi colocado que era o CME quem estava organizando o evento e que não tinha caráter obrigatório, pois em seu entendimento era um convite. A conselheira e presidente ressaltou que de fato era um convite, mas o modo como foi dito é que poderia ter sido melhor, informando a não obrigatoriedade, mas frisando a relevância do estudo, pois uma colocação vinda de uma representação de chefia, dentro da SME tem um “peso”, e do modo como foi, transmitiu um entendimento de indiferença ao colegiado, na visão da conselheira e presidente. A conselheira Kátia Borges comentou, por exemplo, que recebeu muitas ligações e mensagens sobre a obrigatoriedade do uniforme do funcionário público e o seu posicionamento foi o de orientar que os uniformes fossem usados, porque a partir do momento que o governo oferece o uniforme o funcionário precisa passar a usar, mesmo com o entendimento de que não há lei que obrigue o uso do uniforme. A conselheira Katia Borges colocou que é uma questão até de respeito. A conselheira Cristiane Corradini colocou que a palestrante falou muito bem do assunto abordado, falou de maneira clara sobre os apontamentos dos dados, trazendo uma visão macro. Salientou também que se fosse possível, posteriormente, gostaria de apresentar os estudos que a SME fez, apontando os itens do IDEB que não foram apresentados na reunião do CME, pois seus estudos foram mais voltados para o município de Teresópolis, onde comparou-se escolas com o mesmo perfil. Mas comentou que foi bastante interessante observar Teresópolis em relação aos outros municípios. A conselheira e presidente disse que o intuito foi de trazer o painel de Teresópolis, apresentando as observações de que a aprendizagem não caiu consideravelmente. A conselheira Cristiane Corradini apontou que o olhar para a compreensão dos dados precisa ser em caráter de diagnóstico mesmo. A Secretária Municipal de Educação, retornou ao assunto, dizendo que a SME vai ter mais cautela nas mensagens, mas que considera que as mensagens via WattsApp são complicadas devido ao caráter de rapidez. A conselheira Kátia Borges pontuou que não se trata somente das mensagens de “WhatsApp”, colocou também as respostas dos ofícios que o CME tem recebido. Na ocasião, aproveitou a oportunidade para informar que recebeu das mãos da conselheira Cíntia Tullii o convite para a composição da banca examinadora para escolha de diretor e falou também sobre o sentimento de injustiça perante o teor do decreto municipal e das normas de escolha. A conselheira Kátia Borges disse ainda que sabe que a intenção da Secretária Municipal de Educação não é essa,

pois ela nunca deixou de atender ao sindicato. Contudo, não entendeu a resposta do ofício dada, achou falta de respeito em relação às exclusões que o ato normativo trouxe, comentando que a defesa deve ser a da democracia (participação democrática). O conselheiro suplente Alex Wey pontuou que a intenção das recomendações do decreto foi a de manter a integridade no processo e o que deve ser considerado foi que as solicitações de revisão foram atendidas. A conselheira Kátia Borges informou que o afastamento preventivo não é regra, é exceção pelo Estatuto do Servidor Público Municipal, e que o Sindicato esclarece que tal procedimento tem que passar pela CPAD (Comissão Permanente de Avaliação de Documentos), sendo esta a única comissão que tem a condição de afastar servidor público de cargo. Colocou também que o que a espanta são as formas e as condições que os ofícios estão sendo enviados. A Secretária Municipal de Educação comprometeu-se em alinhar as respostas e os entendimentos desses conteúdos (redações). No momento seguinte, a conselheira e presidente citou sobre a solicitação de reembolso que foi negada, em sua participação no congresso oferecido pela UNCME, em Aracajú-SE, no mês de julho, bem como a questão onde teve o lançamento da falta justificada em seu ponto. Esclareceu que quando ela está a serviço do CME está a trabalho para o município. Explicou ainda que a falta justificada seria para os atestados médicos ou para atividades fora da função de educação, conforme previsto em lei. A Aline Quaglio solicitou então que o CME fizesse um ofício informando essas normativas. Disse ainda que a orientação que o Setor Administrativo da SME recebe é essa, no sentido de que o entendimento é que quando o servidor não está atuando na sua lotação é considerada falta justificada, embora nem haja essa prerrogativa de uso desse tipo de falta. A senhora Aline Quaglio relatou ainda que quando esteve presidente do CACs-FUNDEB recebia uma declaração de comparecimento e ela lançava: “falta justificada, a serviço do conselho” e não vê nenhum problema em relação a isso. A conselheira e assistente técnica falou que de fato sempre emitiu uma declaração para que os empregadores pudessem ter acesso à comprovação da ausência do profissional de qualquer área. A conselheira e presidente ressaltou a problemática da hora extra, pois a falta justificada não entra no cômputo do recebimento do pagamento da hora extra. A senhora Aline Quaglio pontuou que o não recebimento da hora extra da presidente do CME se deu porque a mesma se refere a sua atuação como orientadora pedagógica e, na ocasião do congresso, ela não estava nessa função. Contudo, ficou acordado que a presidente apresentará base legal para contestar tal ato. Em seguida, a conselheira e presidente falou sobre a questão dos transportes negados. A Secretária Municipal de Educação explicou que há apenas um carro para atender toda a demanda do SME. O conselheiro Thiago Duque disse que o sentimento que transparece é que não há consideração pelo CME. A conselheira Cristiane Corradini informou que havia carro disponível na data da presente reunião para os conselheiros da CPLN realizarem a visita às creches conveniadas. A Secretária Municipal de Educação solicitou que não haja esse sentimento de indiferença, pois de fato não tem. A presidente do CME perguntou sobre o reembolso do evento que participará representando o CME, em Pernambuco, ao que foi respondido que não é permitido um adiantamento da hospedagem e passagem, mas que estão tentando averiguar a possibilidade de reembolso posterior. A conselheira e presidente apontou para uma série de elementos que engessam os trabalhos do CME. A Secretária Municipal de Educação disse que também passa por isso, que os departamentos e setores também passam por uma série de limitações. No entanto, a conselheira e presidente ressaltou a diferença de que o trabalho do CME se dá de forma voluntária e que o trabalho do CME tem que ser visto com outros olhos, por se tratar de diferentes pessoas que representam diferentes segmentos, em trabalho voluntário e que o que se percebe é que de abril até agora não há envolvimento da SME com este conselho (CME). Salientou-se também que preocupa muito as questões pontuais, tais como: profissionais de POT em sala de aula atuando como professor e a questão da estrutura da Creche Começando a Viver. O conselheiro Thiago Duque também pontuou sobre a contratação de POT, falando que considera que deve ter uma escolha minuciosa. A conselheira Kátia Borges colocou que é preciso pensar nessa situação, pois os profissionais estão correndo risco. A conselheira e presidente relatou que o Secretário Municipal de

Desenvolvimento Social informou que a responsabilidade de contratação é de cada secretaria. A Secretária Municipal de Educação disse que a única seleção que faz é a da quilometragem entre residência e escola. O conselheiro Thiago apontou para a questão dos encaminhamentos feitos pelo Conselho Tutelar ao CRAS, as quais não são atendidos, e perguntou qual seria a abertura que a SME poderia dar ao Conselho Tutelar para ajudar realizar esses encaminhamentos para a contratação de POT. A Secretária Municipal de Educação solicitou que o Conselho Tutelar envie a triagem enviada ao CRAS também para SME. A senhora Aline Quaglio explicou que esse Programa é da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), mas o pagamento sai da SME e tem a questão da indicação que vem do CRAS. No momento seguinte, o conselheiro Thiago Duque informou sobre o projeto do estado “Mães”, onde as responsáveis dos alunos trabalham nas escolas estaduais onde seus filhos estudam, ao que a conselheira Cristiane Corradini disse sobre o prejuízo para a educação, mas o conselheiro Thiago Duque apontou para as qualidades do projeto e para os bons resultados já obtidos pelo Estado. A sugestão seria para que a SME veja esse projeto e faça as adequações necessárias para o município. A conselheira Kátia Borges informou que solicitou ao prefeito um filtro mais específico para a contratação de POTs para a educação. A conselheira Cristiane Corradini perguntou se há um levantamento do Conselho Tutelar de perfil dessas pessoas que se inscrevem para o POT, de famílias vulneráveis, ao que foi respondido que são realidades diferentes das localidades, além das demandas diferenciadas da zona urbana e zona rural, e que essa demanda quem acompanha é o CRAS. O referido conselheiro comentou ainda que a atribuição do Conselho Tutelar é de diagnosticar as necessidades das famílias e, depois, encaminha para o CRAS. A Secretária Municipal de Educação reforçou o envio da demanda do Conselho Tutelar para a servidora Ana Paula, responsável pelos POTs, na SME. Passando para outro ponto, a conselheira e presidente solicitou verificar se há possibilidade de viabilizar, de forma eletrônica e anônima, uma avaliação dentro do sistema de gestão, do administrativo e pedagógico. Seria um programa de avaliação para tabulação do desenvolvimento da escola. O conselheiro suplente Alex Wey pontuou que há um Conselho Escolar atuando dentro das escolas que gerenciam isso, a conselheira presidente pontuou que os conselhos escolares também precisam de formação e informação por parte da SME. Outro ponto levantado foi feito pelo conselheiro Thiago que solicitou que o CME fosse avisado a respeito dos eventos de educação. Citou, por exemplo, o evento “Lê -Terê”, em que o CME não foi informado da realização do mesmo. Comentou que se o CME for informado de forma prévia dos eventos educacionais promovidos pela SME, teremos a possibilidade do Conselho rever os pontos frágeis do evento e colaborar para o melhor planejamento e execução destes. A conselheira Cristiane Corradini lembrou a penúltima reunião da CPLN onde foi vista a pertinência dessa manifestação e que a mesma já havia sido acolhida naquela ocasião. Informou ainda, inclusive, que o CME receberá um convite para o dia dezoito de novembro para participar de um evento no Comary, de formação com as EMOTs. Posteriormente, a conselheira e presidente prosseguiu para o tópico **IV - ASSUNTOS GERAIS**, onde ficou de entregar a sugestão de calendário para 2023 para a SME e salientou que não destacou as especificidades entre as modalidades de ensino, que o documento atenta apenas para uma visão macro. A senhora Aline Quaglio adiantou que farão a inserção da informação de recuperação paralela no calendário letivo. O conselheiro Thiago Duque ressaltou que não há descrição do nome da presidente do CME no site. A senhora Aline Quaglio informou que isso dever ser visto diretamente com a Secretária Municipal de Comunicação. Foram feitas algumas considerações a respeito da função e da abordagem do “Programa Bem Me Quer” e da solicitação de reunião com a Polícia Militar para alinhar os trabalhos. O conselheiro Thiago Duque também abordou sobre as questões do FICAI, considerando as demandas e as atribuições do Conselho Tutelar (CT), que não constitui em fazer o acompanhamento dessas crianças. O referido conselheiro informou também que a parceria entre a SME e o CT não existe mais. A conselheira suplente Flávia Féo interveio e disse que há parceria entre a escola e o conselheiro tutelar responsável, e que a escola tem, nessa parceria, como fazer as intervenções que antes eram feitas. A conselheira e presidente disse que não foi essa orientação que

recebeu enquanto diretora na reunião com o Serviço de Supervisão Educacional (SSE). O conselheiro Thiago Duque informou o que irá acontecer. Disse que o Conselho Tutelar, na ocasião, de não ter os dados suficientes para averiguar, *in loco*, uma determinada situação, que irá requisitar um serviço da educação ou de outro órgão que se fizer necessário, para que se resolva. Destacou ainda que o CT é um órgão que requisita serviço. Além disso, o conselheiro Thiago Duque solicitou colocar um ponto de referência, nos endereços dos FICAIs, para facilitar na localização das famílias. A Secretária Municipal de Educação fez suas considerações finais, e se comprometeu a melhorar a comunicação e também solicitou a compreensão do colegiado para as questões a serem resolvidas, destacando que não se trata de má vontade ou indiferença. E não havendo mais nenhuma colocação, a conselheira e presidente do CME agradeceu a participação de todos e encerrou a Sessão às 11h53min (onze horas e cinquenta e três minutos). Em tempo, foi referendado pelos conselheiros presentes e aprovado por unanimidade após a saída da Secretária Municipal de Educação e da tribuna livre, à indicação da conselheira e presidente Amanda Carvalho Oliveira Rebelo de Albuquerque para a Coordenadoria Regional Serrana da UNCME-RJ, conforme foi indicado pelo Coordenador Regional do referido órgão, senhor Jorge Roberto Fraça Fernandes, no XXII Encontro Estadual da UNCME/RJ, realizado em Quatis/RJ, no mês de outubro do presente ano. E nada mais tendo a acrescentar, eu Monaliza Hiath Cortázio de Lima, Secretária Geral do Conselho Municipal de Educação, lavrei a presente ata que vai por mim datada e assinada, juntamente com os demais conselheiros presentes. Teresópolis, vinte e quatro de outubro de dois mil e vinte e dois

---

Conselheiros presentes:

Cristiane Corradini de Abreu Arruda \_\_\_\_\_

Cíntia Bandeira Tullii (suplente) \_\_\_\_\_

Flávia Gomes Maia Féo (suplente) \_\_\_\_\_

Fabrine Mendes da Silva \_\_\_\_\_

Mônica Martins Pestana (suplente) \_\_\_\_\_

Eduardo de Lima Duarte \_\_\_\_\_

Alex Siqueira Wey (suplente) \_\_\_\_\_

Amanda Carvalho Oliveira Rebelo de Albuquerque \_\_\_\_\_

Kátia Borges Rego Cabral (suplente) \_\_\_\_\_

Denise Ritter da Rocha \_\_\_\_\_

Laura Cristina Granja da Motta \_\_\_\_\_

Pedro Eugênio de Carvalho \_\_\_\_\_

Rafaella Loureiro Cassara de Castellammare \_\_\_\_\_

Marilene de Nurze Turl Vidal \_\_\_\_\_

Thiago Ferreira Duque \_\_\_\_\_